

CONTRATO Nº 911/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AA.002.1.009836/16-91- DCA/SEAD/PI

PREGÃO PRESENCIAL Nº002/2015

Por este instrumento particular, o **ESTADO DO PIAUÍ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV**, CNPJ nº 06.553.481/0003-00, com sede, na Avenida Pedro Freitas, s/nº, bloco1, Centro Administrativo, CEP 64.018-900, Teresina-PI, representada neste ato por seu secretário, **FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA**, brasileiro, CPF nº 273.444.603-00, RG nº 641.761-SSP/PI, domiciliado na Avenida Pedro Freitas, s/nº, bloco1, Centro Administrativo, CEP 64.018-900, Teresina-PI, doravante designada **CONTRATANTE** e a empresa **D E REBOUÇAS EPP**, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 544, Sala B, Centro, Teresina – PI, CEP 64001-090, inscrita no CNPJ sob o nº 03105598/0001-71, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **SR. DANIEL EXPEDITO REBOUÇAS**, brasileiro, CPF: 212.514.363-15, domiciliado na Rua Rui Barbosa, 544, centro sul, CEP 64.001-090, Teresina-PI, firmam o presente CONTRATO de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, que será regido pelas disposições do Pregão Presencial nº 002/2015, Ata de Registro de Preços – Extrato de Registro Geral nº XIV/2015 – DL/SEADPREV/PI, PUBLICADA EM 01/12/2015, com fundamento nas Leis 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão, Lei nº 8.666/93, bem como, a Lei nº 6.301/2013, Decreto Estaduais 11.319/04 e 14.483/2011, Decreto Estadual nº 14.386/2011 de 18.01.2011 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no Edital.

## 1. DO OBJETO – DO TERMO INDIVIDUAL

1.1 – A licitação tem por objeto registrar preços em Ata no Sistema de Registro - SRP, para execução de serviços singulares de interesse da Administração de acordo com anexo I, formulada com base no art. 55 da Lei 8.666/93, através de publicações, sob forma de extrato parcial, de acordo com as exigências e diretrizes do Edital do Pregão Presencial nº 02/2015, e seus anexos, referente aos Processos Administrativos nº AA.002.1.004279/15-34 e AA.002.1.009836/16-91, sem prejuízo das ocorrências individualizadas que deverão ser registradas na ata específica de cada sessão, se houver.

1.2 Os preços, depois de publicados, permanecerão disponíveis pelo período de vigência da Ata para futuras contratações, sem prejuízo das prerrogativas estabelecidas pelo inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que mantidas as condições deste procedimento e, ainda que o contrato seja formulado na data de vigência da Ata incluída a possível prorrogação.

## 2. DO RECEBIMENTO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 – As condições para execução dos serviços objeto deste pregão encontram-se descritas no Edital do Pregão Presencial nº 02/2015, e seus anexos, referente aos Processos Administrativos nº AA.002.1.009836/16-91 e AA.002.1.004279/15-34, em consonância com a proposta da CONTRATADA, que ficam fazendo parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição.

2.2 A Contratante reveste-se do direito de só aceitar o objeto nas condições previstas no edital, ata de registro e propostas apresentadas, depois de atestados os serviços pelos setores de fiscalização competentes, além do que o objeto contratado deve apresentar claras condições de aceitabilidade, devendo ser rejeitado, no todo ou em parte, caso apresente incompatibilidades com

as exigências, cabendo ao contratado, substituição dos serviços, atribuindo-lhes todos os ônus decorrentes da rejeição, inclusive quanto aos prazos e despesas inerentes do problema.

### **3. DO PREÇO E DO PAGAMENTO:**

3.1 O contratado executará o objeto deste contrato, nos moldes e condições de sua proposta e negociação processada em Sessão Pública, ficando para tanto ajustado o valor irrevogável mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e anual de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). O pagamento será efetuado nas condições dispostas no edital e neste termo, não permitido qualquer acréscimo além do que fora ali previsto, exceto quando por força de revisão devidamente justificada e comprovada.

3.2. Será Gestor do presente contrato a Diretoria de Contratos.

### **4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. O licitante vencedor obriga-se a:

4.1.1. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I) e Contrato, bem como obedecidos todas as exigências deste Edital.

4.1.2. Em caso dos veículos apresentarem problemas, deverão ser substituídos por modelo igual ou superior, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, período em que deverá disponibilizar veículos substituto. Os serviços de locação de veículos, objeto deste Sistema de Registro de Preços, deverão possuir no máximo, 02 (dois) anos de fabricação.

4.1.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.6. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

4.1.7. Prestar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

4.1.8. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

4.1.9. Notificar o CONTRATANTE, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embarçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento contratado.

4.1.9.1. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca do fornecimento a ser contratado, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

4.1.10. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação mantendo sempre o CADUF em situação regular. A ausência da regularização do CADUF, na forma da legislação em vigor, acarretará a suspensão do pagamento.

4.2. O licitante vencedor é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

4.3 – Disponibilizar os veículos em caráter permanente, 05 (CINCO) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo, no mesmo prazo, apresentar cópia autenticada dos documentos dos veículos, devendo ser atualizados os dados junto ao CONTRATANTE sempre que houver substituição de veículos.

4.4 Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto desta licitação, devendo orientar os empregados nesse sentido quando couber.

4.5 O abastecimento dos veículos será por conta da CONTRATANTE, contudo é obrigação da CONTRATADA a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, no prazo máximo de três (03) dias úteis, período em que deverá disponibilizar veículo substituto.

4.6 Para efeito de seguros, as despesas ocorrerão por conta da CONTRATADA.

4.7 - Manter estabelecimento sediado em Teresina, devidamente equipado para a prestação do serviço objeto deste certame, mantendo-o durante a vigência do contrato.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

5.1.1. Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato.

5.1.2. Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos produtos seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e Contrato.

5.1.3. Notificar, por escrito, a CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento.

5.1.4. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva dos produtos.

5.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

5.1.6. Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

5.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva do produto.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

6.1– O Serviço objeto desta licitação deverá ser prestado conforme determinar a autoridade contratante, conforme seja o caso, com emissão de relatório de execução dos serviços na forma contratada, acompanhado da nota fiscal/fatura, de acordo com o estabelecido no projeto básico resumido que integra este Edital, que passam a integrá-lo como se nele transcritos

6.2 – Quando rejeitado os serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-los no prazo estabelecido pela Administração, observando todas as condições inicialmente estabelecidas.

6.3 – Caso seja impossível de serem substituídos os serviços que forem rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida ao contratado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## **7. DA DESPESA:**

7.1. Os recursos para cobertura das despesas, decorrentes da execução dos serviços contratados, ficará sob a responsabilidade orçamentária e financeira do órgão CONTRATANTE cuja Classificação Institucional Funcional Programática é a seguinte:

UG: 22101

Função programática: 04

Subfunção: 122

Programa: 0090

Ação: 2032

Fonte de Recurso: 00

Natureza da Despesa: 339039

Sub Elemento: 71

7.1.2. Deverá o órgão CONTRATANTE especificar o crédito orçamentário, bem como referir a nota de empenho respectiva, que deverá ser feita antes da assinatura do instrumento contratual.

## **8. DAS PENALIDADES:**

8.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência por escrito;

8.1.2. Multa de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor do contrato por dia de atraso;

8.1.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

8.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

### **8.2. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará o contratado às seguintes penalidades:**

8.2.1. Advertência por escrito;

8.2.2. Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato por ocorrência, até o limite de 10% (dez por cento);

8.2.3. Em caso de inexecução total, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

8.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

8.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

8.3. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, o contrato ou documento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no CADUF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

8.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

8.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

8.6. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

## **9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

9.1. No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio da Legislação Civil, aplicável aos contratos do Direito Privado e, com o apoio do Direito Administrativo Público, no que diz respeito à obediência dos princípios que norteiam a Administração.

9.2. A Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores regerá as hipóteses não previstas neste Contrato.

## **10. DA VIGÊNCIA:**

10.1. Os contratos decorrentes do SRP terão sua vigência de 12 meses, conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da inciso II da Lei nº 8.666/93.

10.2. Durante a vigência do contrato, a fiscalização será exercida por um representante da Contratante (órgão usuário do registro), ao qual competirá registrar em relatório todas as ocorrências e as deficiências verificadas e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, de tudo dando ciência à Administração.

10.3. O período para contratação está adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

10.4. A prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses

## **11. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**



11.1. Durante a vigência dos contratos os preços se manterão fixos e irrevogáveis, salvo os casos constantes do art. 65 da Lei nº 8.666/3 e respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano, ficando estabelecido o reajuste anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE.

11.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3. Na hipótese prevista no item anterior, a aquisição se dará na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

11.4. No caso de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da Contratada, esta deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço, indicando fatos imprevisíveis. Se não for o caso, indicar fatos previsíveis com consequências imprevisíveis; apresentando, dessa forma, documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao presente contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Contratante adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal, parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do presente termo com planilha de custos e ainda, documentos que comprovem a composição dos preços, e se for o caso, comprovante de fato imprevisível e comprovante de fato previsível com consequências imprevisíveis. Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido. Durante a análise de reequilíbrio pela Contratante, não será admitida a suspensão dos serviços contratados. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial do Termo de Contrato, implicando a instauração de Processo Administrativo para apuração da falta de aplicação de sanção prevista no Edital e no Termo de Contrato.

11.5. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro desacompanhados dos documentos constantes desse Edital não serão analisados.

11.6. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços inexequíveis (mergulho) propostos durante a licitação. Solicitações dessa natureza serão apenas analisadas, porém indeferidas pela Administração.

11.7. Para todos os efeitos, contar-se-á o prazo para concessão de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro, a partir do dia em que a contratada manifestar-se perante a Administração. Sob nenhum pretexto haverá reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro retroativo. Não haverá reajuste/ reequilíbrio econômico automático, devendo, por conseguinte, haver o requerimento da empresa.

## **12. DA RESCISÃO:**

12.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

12.1.1.A inexecução total ou parcial do contrato, enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, com reconhecimento dos direitos da Administração;

12.1.2. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.1.3 O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

12.1.4 A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

12.1.5 O atraso injustificado no início do fornecimento;

12.1.6 A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

12.1.7. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

12.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

12.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

12.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

12.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

12.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

12.1.13. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

12.1.14. A supressão, por parte da Administração, das compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

12.1.15. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

12.1.16. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes do fornecimento, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

12.1.17. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução do fornecimento, nos prazos contratuais;

12.1.18. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

12.1.19. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.1.20 empresários apenados com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração, verificando inclusive junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br), conforme Decreto Estadual nº 14.580, de 12 de setembro de 2011.

12.1.21 - Empresa declarada inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 por órgão ou entidades das administração diretas ou indiretas, Federais, Estaduais, Municipais ou Distrito Federal, e que não tenha sua idoneidade restabelecida, verificando inclusive junto ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) – [www.portaltransparencia.gog.br](http://www.portaltransparencia.gog.br), conforme Decreto Estadual nº 14.580, de 12 de setembro de 2011.

12.2. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### 13. DA PUBLICAÇÃO:

13.1. A publicação resumida deste presente instrumento e de seus aditamentos na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia, devendo ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

### 14. DO FORO:

14.1. As partes elegem de comum acordo, o Foro de Teresina para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Teresina, 03 de OUTUBRO de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV**

  
\_\_\_\_\_  
**D E REBOUÇAS EPP**

Testemunhas:

1. Isolandra Almeida Loureiro  
CPF Nº. 010.628.113-00
2. Cristine Bastos da P. Barque  
CPF Nº. 04183942361



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV**

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2015**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:** AA.002.1.010383/15-13  
**CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV.  
**CO – CONTRATANTE:** DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM- DER  
**CONTRATADA:** EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVENIOS HAAGS.A  
**OBJETO:** PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 62/2015, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO INCLUINDO ABASTECIMENTO E SERVIÇOS DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO EM REDE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO CONTRATO E SEUS ANEXOS. ACORDAMOS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO, POR IGUAL PERÍODO, CONTADOS DA DATA DE 21/08/2016.  
**AÇÃO PROGRAMÁTICA:** 2006  
**NATUREZA DA DESPESA:** 339039  
**FONTE DO RECURSO:** 00  
**DATA DA ASSINATURA:** 19/08/2016  
**ASSINATURAS:** FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA (CONTRATANTE), JOSÉ ARAÚJO DIAS (CO – CONTRATANTE) e MORGAN MELLO DOS SANTOS (CONTRATADA).

**Of. 3663**

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2016	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Processo nº AA.002.1.010914-16-08
Modalidade de licitação (se for o caso)	Pregão Eletrônico nº 015/2016
Fundamento legal	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Estadual nº 16.212/2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 11.346, de 30 de março de 2004; Decreto Estadual nº 11.319, de 13 de fevereiro de 2004; lei 6.301 de 07 de janeiro de 2013; lei 6.673 de 18 de junho de 2015; Lei 6.735 de 23 de dezembro de 2015; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas legais aplicáveis.
Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Contratado	MIRACÉU TURISMO LTDA
CNPJ do Contratado	11.634.235/0001-51
Resumo do objeto do contrato	O REGISTRO DE PREÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PACOTE TURÍSTICO PARA ATENDER A SEMANA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, pela Secretaria Estadual da Administração e Previdência SEADPREV/PI, conforme especificações previstas no Termo de Referência - Anexo I deste edital, e tabela discriminada em contrato.
Prazo de vigência	12 meses
Prazo de execução	-
Data de assinatura do contrato	18/10/2016
Valor global	R\$ 105.899,64
Ação orçamentária	2024
Natureza de Despesa	339039
Fonte de Recursos	00
Signatários do contrato	Pela Contratante: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA Pela Contratada: LUIZ MAMEDE DE CASTRO

FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2016	
Número do Processo de Licitação (ou de Dispensa ou Inexigibilidade)	Processo nº AA.002.1.010914-16-08
Modalidade de licitação (se for o caso)	Pregão Eletrônico nº 015/2016
Fundamento legal	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto Estadual nº 16.212/2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 11.346, de 30 de março de 2004; Decreto Estadual nº 11.319, de 13 de fevereiro de 2004; lei 6.301 de 07 de janeiro de 2013; lei 6.673 de 18 de junho de 2015; Lei 6.735 de 23 de dezembro de 2015; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais normas legais aplicáveis.
Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Contratado	JJ E SILVA ME
CNPJ do Contratado	696077290001-27
Resumo do objeto do contrato	O REGISTRO DE PREÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PACOTE TURÍSTICO PARA ATENDER A SEMANA DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, pela Secretaria Estadual da Administração e Previdência SEADPREV/PI, conforme especificações previstas no Termo de Referência - Anexo I deste edital, e tabela discriminada em contrato.
Prazo de vigência	12 meses
Prazo de execução	-
Data de assinatura do contrato	18/10/2016
Valor global	R\$ 225.599,64
Ação orçamentária	2024
Natureza de Despesa	339039
Fonte de Recursos	00
Signatários do contrato	Pela Contratante: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA Pela Contratada: JOSIEL JERÔNIMO E SILVA

FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA

**Of. 3719**

**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV**

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41/2016	
Número do Processo	AA.002.1.009836/16-91
Modalidade de Licitação	PREGÃO PRESENCIAL Nº002/2015
Fundamento Legal	Ata de Registro de Preços - Extrato de Registro Geral nº XIV/2015 - DL/SEADPREV/PI, PUBLICADA EM 01/12/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº002/2015 Ata de Registro de Preços - Extrato de Registro Geral nº XIV/2015 - DL/SEADPREV/PI, PUBLICADA EM 01/12/2015
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Nome do Contratado	D E REBOUÇAS EPP
CNPJ do Contratado	03105598/0001-71
Resumo do objeto do contrato	ALUGUEL DE VEÍCULO
Prazo de vigência	12 (doze) meses
Prazo de execução	-
Data de assinatura do aditivo	03/10/2016
Valor Global	R\$ 60.000,00
Ação orçamentária	2032
Natureza de despesa	339039
Fonte de Recursos	00
Signatários do contrato	Pela Contratante: FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA Pela Contratada: DANIEL EXPEDITO REBOUÇAS

FRANCISCO JOSÉ ALVES DA SILVA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA